

## DEZ OBSERVAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DO SUJEITO

Sírio Possenti\*

---

**Resumo:** Este texto é uma espécie de súpula das teses básicas a respeito da questão do sujeito em Análise do Discurso, e o objetivo dessa organização é mostrar que a solução típica proposta por essa disciplina não fecha a questão, que tem tido desdobramentos diversos em domínios relevantes das ciências humanas.

**Palavras-chave:** sujeito; discurso; estilo.

---

Em boa parte dos textos que tenho publicado, a questão do sujeito ou é o foco principal ou, no mínimo, é aludida. Creio que isso se deve ao fato de que tenho entendido (juntamente com a maioria das pessoas que lê análise do discurso) que a grande disputa da AD com outras disciplinas se organiza basicamente em torno dessa questão. A desvantagem, por um lado, e a vantagem, por outro, dos argumentos de que tenho me valido, e que foram bastante repetidos – mas essa não é apenas característica de meus textos, é talvez uma injunção do discurso – é que eles estavam à margem das versões dominantes em AD, mas sem aceitarem as posições dos seus adversários mais característicos, embora, eventualmente, alguns leitores tenham confundido meus argumentos com os da pragmática (o que os pragmaticistas nunca fizeram, essa homenagem eu lhes devo), provavelmente pelo fato de não serem a repetição dos argumentos canônicos da AD. Leitura que a própria AD explica bem, aliás. Os analistas de discurso também somos, às vezes, leitores bem comuns.

Assim, creio que não faria sentido tentar apresentar de novo os argumentos de que tenho me valido durante esses anos (e que estão de certa forma reunidos em Possenti 2002). Assim, porque não tenho argumentos novos (quem os tem?), decidi apresentar uma espécie de mescla de teses com depoimentos sobre minhas aproximações ao problema.

---

\* Professor da Unicamp e pesquisador do CNPq. Doutor em Linguística.

1) A questão do sujeito é uma questão aberta. Creio que, para analistas do discurso afetados de alguma forma pelo “ar do tempo” da época heróica da fundação da disciplina, só há um consenso absoluto: o fim do sujeito cartesiano (melhor ainda: a decisão de combatê-lo onde aparecesse e até mesmo onde devesse ser inventado). Provavelmente, o ponto crucial da teoria é que não se pode aceitar – o que até muitos não-marxistas e não freudianos reconhecem – a possibilidade de pensar um sujeito *sem circunstâncias*, ou que as domine completamente. Fora disso, ou seja, quanto às especificações que ultrapassem a negação do sujeito dito uno e consciente, penso que o campo está aberto. Como sempre, as respostas provisórias, ou as tentativas de dá-las, que têm algum interesse provêm de detalhamentos teóricos e de análises de corpora variados. Assim como ocorre com a função-autor, as funções-sujeito também são diversas, não só em diferentes épocas, mas também em gêneros diferentes.

2) Talvez valesse a pena especificar um pouco melhor o que significa dizer que há um ponto crucial (um ponto de não retorno?) no que se refere à questão: trata-se fundamentalmente de aceitar que o sujeito é *segundo* em relação a seu entorno – social, linguageiro, ideológico, cultural, até mesmo biológico. Ou seja, nos termos mais ou menos correntes da AD: *o sujeito é feito* (de fato, essa formulação não me agrada, porque situa o discurso da AD, voluntariamente ou não, pouco importa, no interior das filosofias que ela pretende negar – as das causas e efeitos). Dito de outra forma, também corrente, o sujeito não é origem (do sentido, da história etc.).

3) Minha primeira aproximação explícita à questão se deu através da leitura de *A ordem do discurso*, de Michel Foucault, que um amigo me deu a conhecer em 1973. As teses desse autor me seduziram e me levaram a ler trechos de *As palavras e as coisas* e os textos de uma antologia de textos estruturalistas. Todos eram “anti-humanistas”, e eu achava difícil (de fato, impossível) argumentar contra eles. Na mesma época, conheci a tese da reprodução (escolar) apresentada por Bourdieu e Passeron, que ia na mesma direção. Ou seja, poderia dizer que minhas primeiras leituras adultas foram tais que me levariam naturalmente às teses de Althusser (de que eu conhecia excertos) que Pêcheux (que eu absolutamente não conhecia) incorporou. Assinalaria, por isso, que, se, em seguida, passei a não aceitar a tese corrente em AD segundo a qual o sujeito é assujeitado, não foi por desconhecê-la. Foi exatamente porque eu a conhecia bastante bem e a tinha anteriormente aceito. Se passei a não mais aceitá-la, pelo menos na formulação althusseriana, foi por outras razões, teóricas e empíricas.

4) Os textos que me levaram a desconfiar das teses que anteriormente tinham feito minha cabeça foram antes de tudo os de Benveniste e de Ducrot, e, logo depois, aspectos da teoria dos atos de fala (não as intenções, mas as regras e os jogos). O que não significa que eu os aceite ou siga. Mas sua releitura por De Certeau lhes retira a aparência de estarem fora de época que lhes atribuem comumente analistas do discurso. Pareceu-me que esses autores trabalhavam nas brechas que punham em questão o estruturalismo – que, a meu ver, era a ferramenta básica com a qual se operava no espaço em que a AD nasceu e ao qual eu recusava filiar-me, isto é, entregar-me fielmente. Li esses textos como significando que, evidentemente, há regras; que, portanto, os sujeitos não são livres. Mas, se os sujeitos não inventam o jogo, não significa que não joguem. Além disso, não o fazem todos ou sempre da mesma maneira; há craques e pernas-de-pau. Mais que isso, imaginei que aqueles autores mostravam um espaço de jogo que se realiza mais ou menos na superfície da língua, digamos assim, o que, para mim, deixava claro que é evidentemente verdade que os sujeitos não estão na origem dos discursos. Mas também fui levado a pensar que, quando esses autores são acusados de defender a tese oposta à que defendem, isso se deve a um equívoco de leitura, a um simulacro. É que estão em jogo dois sentidos da palavra “sentido”, e, convenhamos, é pouco louvável, do ponto de vista intelectual, fazer de conta que se trata de um mesmo sentido e que a disputa se dá em terreno comum. Quando alguém como Austin aceita que a intenção do falante pode ser crucial para o sentido de um ato de fala, é exatamente para a definição de um ato de fala que diz que a intenção pode ser crucial, e não para a criação de um discurso, tal como ele é concebido pela AD francesa. Nos dois casos, trata-se de acontecimentos completamente diversos. Por isso, continuo achando estranho que se pense que esses autores defendem que o sujeito é a fonte do sentido tal como o define a AD, embora possa até ocorrer que eles defendam que os sujeitos são a fonte – ou pelo menos um critério de leitura – do sentido tal como *eles* o definem. O sujeito de razão que a AD recusa – isso é muito claro em Althusser – é aquele que competiria com Deus, é o *Cogito*, e não o simples autor de um ato de fala. Sequer se deveria pensar que o sujeito (um sujeito desses que falam) tem tal dimensão. Foi por isso que, com alguma freqüência, eu não entendia do que se falava quando se dizia que há quem suponha que o sujeito é fonte do sentido. Para mim, sempre foi evidente que nunca se tratava de um Sujeito (com S) quando se falava do sujeito (com s) de um discurso. Até por isso acho uma invenção inútil o conceito de Sujeito de uma FD, com a qual os sujeitos se identificariam – ou não –, segundo

formulações clássicas da AD. Diria que essa invenção é merecedora de uma navalhada por parte de Ockam. A impossibilidade de associar o sujeito comum que fala a Deus/Cogito derivava de minhas parcas leituras filosóficas.

5) Minhas abordagens empíricas sempre se dirigiram ao que se poderia chamar de lingüístico (na conjunção entre o lingüístico e qualquer outro campo). Por outro lado, nos autores que lia, sempre me atinha mais às brechas que não conseguiam fechar do que às afirmações mais dogmáticas e gerais. Os movimentos de Pêcheux, por exemplo, sempre permitiam uma contra-leitura. Outro exemplo: em Foucault (1969) há espaços para pensar a questão do estilo de um autor, apesar de sua posição não ser, evidentemente, romântica e apesar de ele propor a dispersão como uma das características do autor.

6) No embate entre o que eu derivava (simplificadamente, claro) d'*A Ordem do discurso* e de Benveniste e outros, um lingüista e um filósofo exerceram sobre mim uma influência capital. O lingüista é Carlos Franchi, especialmente pela formulação da noção de indeterminação sintática e semântica das línguas naturais – que continuo achando a melhor achega a esses domínios, concebidos como semi-estruturados (fora a estrutural!). O filósofo é G.-G. Granger, por sua teoria do estilo, que alguns pensam, um tanto estreitamente, que é necessariamente um tema romântico e, pior, com solução apenas romântica, devendo, por isso, ser excluída da AD. Eles me ensinaram – aprendi com eles, quero dizer – que o sentido não pode definitivamente ser o mesmo se se materializa de formas diversas. Ou seja, para ir diretamente a um ponto crucial, a paráfrase é um instrumento de análise simplificador: ela é que “controlaria” o sentido, já que impõe o mesmo ao diferente, e não as representações formais, que são metalingüísticas.

7) Ligar-me mais ao texto (do que a seu “conteúdo”) foi minha maneira de assumir o mais radicalmente possível a tese da AD de que o texto é a materialidade do discurso, decisão que não tem nada de livre, evidentemente, e à qual fui levado por sabe Deus quais fatores. Dentre eles, no entanto, certamente estava o fato de que eu queria ser lingüista (e não historiador, por exemplo). Outro foi acreditar que é neste domínio – o do texto, de sua superfície, de seus jogos verdadeiramente materiais – que se produzem os efeitos de sentido, que se pode escapar de vez da análise de conteúdo. Daí ter resistido à concepção de enunciação de Pêcheux e Fuchs, com a qual, no entanto, me reconciliei mais tarde, através das leituras (talvez não canônicas) de Jacqueline Authier-Revuz.

8) A leitura de Schneider e de De Certeau são para mim propulsoras. Um encara o cotidiano da vida e das manobras dos sujeitos “pequenos” – os locutores que de fato falam (não o Sujeito...) e andam por aí. O outro encara a literatura em grande medida a partir da psicanálise, mas, no que mais me interessa, especialmente, a partir das práticas de escrita: plágio, reescrita, originalidade etc. são suas questões. A originalidade, por exemplo, consiste em dizer de um modo próprio o que já foi dito – ou seja, trata-se menos de um discurso do que de um estilo. Um depoimento vindo de outro lugar: Donaldo Schüler, tradutor de *Finnegans Wake*, declarou à *Folha de S. Paulo* (Ilustrada, 12/06/2003, p. E 1), quando do lançamento da obra, que “Joyce tinha a pretensão de fazer a Bíblia do século 20. Reescrever tudo que haviam feito: Homero, Heráclito, 1.001 Noites... [...] Nesse sentido, o escritor é o menos original dos autores. [Lembra que] o núcleo central é o mais banal da literatura ocidental. [...] A riqueza do livro está em suas criações verbais, no romper do processo narrativo”. A declaração carece de qualquer comentário. Assim, poder-se-ia dizer que o estilo não é domingo do pensamento, como Pêcheux disse da poesia.

9) Talvez tenha sido por essas razões que, quando escolhi um corpus para analisar, fui às piadas, e não aos discursos oriundos de instituições hierarquizadas, igrejas e partidos. Aquelas me ofereciam, eu achava, um fundamento para sustentar que o institucional não é tão institucional como se pode pensar, e que, por sua vez, o “interacional” (o verdadeiro lugar do jogo) é muito mais institucional do que se poderia pensar. As piadas me obrigavam a prestar atenção ao que é *novô no velho*. E, principalmente, aos jogos de linguagem. Porque os temas das piadas são discursos velhos, como se sabe, mas cada piada é sempre uma surpresa, propiciada por uma técnica (lingüística ou textual) específica. Há sempre – quase sempre, vá lá – algo circunstancial nelas. Freud me ajudou mais do que Lacan e sua soberania do significante, porque este tende a esquecer a história que aquele faz funcionar a todo o instante. Por isso, meus poucos trabalhos no campo põem em primeiro plano o lingüístico/textual. Mas dar-lhe um primeiro plano supõe para mim haver um segundo – um sentido que se repete e se renova, pela enunciação, entendida como a entende De Certeau. Além disso, creio que posso explicar melhor por que as piadas oferecem um terreno aparentemente paradoxal para pensar o sujeito. Vista pelo lado do ouvinte/intérprete, a questão da elaboração inconsciente passa para um segundo plano. Por isso, minha idéia era mostrar que o sentido da piada não se dá automaticamente, nem se “acha”, mas exige um

trabalho de compreensão (isto é, de manipulação do próprio material lingüístico; e os “problemas” não se reduzem à ambigüidade!). Ora, interpretar é trabalho. E eu tinha aprendido com Franchi e Granger que ele é constitutivo. Mais: a compreensão da piada nem é livre (se fosse, a piada se perderia), nem é automática (como se se tratasse de mensagem codificada). E o sujeito, em seu trabalho interpretativo, *precisa* coincidir com outros, mas por seu trabalho; e a coincidência se perde se, por exemplo, se tratar de sujeitos afásicos ou, eventualmente, se não partilham da mesma memória – estrangeiro etc. Por outro lado, Freud deixa claro que, se é verdade que uma piada é encontrada (e não feita), ela também exige que seu autor saiba que está fazendo exatamente uma piada – ou seja, a posição de sujeito não importa apenas pelo viés de como a piada nasce, mas também de como ela circula, como é recebida e como afeta os outros. Ora, então não é só o inconsciente que funciona, embora ele não possa ser dispensado. E torna-se necessário separar o que um sujeito sabe do que ele não sabe, e, no mesmo gesto, o que é partilhado também tem relevância.

10) A leitura de *O uso dos prazeres* (FOUCAULT, 1984) me mostrou que Foucault também abandonara seu posto antigo, e visava agora a um sujeito das práticas do cotidiano, cercado de circunstâncias que certamente não o deixam livre, mas que não o subjugam. O sistema é frouxo, digamos assim, e *obriga* a escolhas, a uma estética – um estilo, por que não? – da existência. Estamos longe do sujeito assujeitado.

Para concluir este depoimento, vou citar alguns trechos que “fazem minha cabeça”. São formulações bastante diversas, e que por isso funcionam para mim como signo de que o problema não está resolvido. Teria apenas sido simplificado.

a) Em compensação, ela [a competência] apresenta a vantagem de não supor uma exterioridade absoluta entre a posição enunciativa e os Sujeitos que vêm ocupá-la. Porque é necessário pensar de uma forma ou de outra no fato de que essa posição seja ocupável, que o discurso seja enunciável. Sem isso, sob a aparência de não reintroduzir o Sujeito idealista, tende-se a uma concepção pouco satisfatória dos enunciadores discursivos, ceras moles que se deixariam “dominar”, “assujeitar” por um discurso todo poderoso. Falar de “assujeitamento”, de “dominação” é apenas uma forma de dizer o resultado de um processo de inscrição numa atividade discursiva que permanece, aliás, muito misteriosa; [...] Para sair desta dificuldade, a tentação é então formular uma espécie de tautologia: se tais enunciadores puderam interiorizar

o funcionamento de um discurso em toda sua complexidade, é simplesmente porque esse último lhe era imposto por sua posição social, porque existia um laço, obscuro, mas necessário, entre a natureza desse discurso e o fato de pertencer a tal grupo ou classe (MAINGUENEAU, 1984, p. 50).

b) O sujeito freudiano é um sujeito livre, dotado de razão, mas cuja razão vacila no interior de si mesma. É de sua fala e de seus atos, e não de sua consciência alienada, que pode surgir o horizonte de sua própria cura. Esse sujeito não é nem o autômato dos psicólogos nem o indivíduo cérebro-espinhal dos fisiologistas, nem tampouco o sonâmbulo dos hipnotizadores nem o animal étnico dos teóricos da raça e da hereditariedade. É um ser falante, capaz de analisar seus sonhos, em vez de encará-los como vestígio de uma memória genética. Sem dúvida, ele recebe seus limites de uma determinação fisiológica, química ou biológica, mas também de um inconsciente concebido em termos de universalidade e de singularidade (ROUDINESCO, 1999, p. 69).

c) O estruturalismo não é um pensamento que suprime o sujeito, mas um pensamento que o esmigalha e o distribui sistematicamente, que contesta a identidade do sujeito, que o dissipa e o faz passar de um lugar a outro, sujeito sempre nômade, fato de individuações, mas impessoais, ou de singularidades, mas pré-individuais (DELEUZE, 1973, p. 300).

d) Não se trata de afirmar que o homem está morto (ou que vai desaparecer, ou que será substituído pelo super-homem), trata-se, a partir desse tema, que não é meu e que não cessou de ser repetido desde o final do século XIX, de ver de que maneira e segundo que regras se formou e funcionou o conceito de homem. Contenhamos, pois, as lágrimas. (FOUCAULT, 1969, p. 81).

e) Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um (GINZBURG, 1976, p. 27).

f) Clausewitz compara ainda a astúcia à palavra espirituosa. “Assim como a palavra espirituosa é uma espécie de prestidigitação em face das idéias e das concepções, a astúcia é uma prestidigitação relativa aos atos”. Isto sugere o modo pelo qual a tática, verdadeira prestidigitação, se introduz por surpresa numa ordem. A arte de “dar um golpe” é o senso da ocasião. Mediante procedimentos que Freud precisa a respeito do chiste, combina elementos astuciosamente reunidos para insinuar o insight de outra coisa na linguagem de um lugar e para atingir o destinatário. Raios, relâmpagos, fendas e achados no reticulado do sistema, as maneiras de fazer dos consumidores são os equivalentes práticos dos chistes (De CERTEAU, 1990, p. 101).

g) É necessário partir das obras, de acordo, aliás, com o próprio princípio da análise transcendental de Kant; mas é necessário considerá-las como as obras mais ou menos perfeitas de uma atividade laboriosa. A consciência kantiana dá forma, sentido e unidade; mas, absolutamente, não trabalha, sua atividade é gratuita (GRANGER, 1968, p. 22).

h) Se o meio é mesmo o de só utilizar as idéias adquiridas, o de anulá-las uma mediante as outras numa espécie de enunciado comum, banal, público como a calçada do bulevar Bourdon, no qual Bouvard e Pécuchet encontram-se num mesmo banco, de apagar, assim, qualquer vestígio de um eu que pensa, e pensa que pensa, não é esse o fim dessa escritura em que o dito não é propriamente nada. O fim é o estilo, é que nada exista além da maneira de dizer (SCHNEIDER, 1985, p. 32-33).

i) Foi nesses termos [o autor seria uma velharia ideológica] que Barthes consagrou outrora um ensaio à morte do autor, algo imprudente em sua radicalidade (era uma época em que se morria muito: depois de deus, o homem, o sujeito, o autor...). Que pena!, os fantasmas são duros na queda e o autor, momentaneamente apagado pelo estruturalismo, reaparece nos anos oitenta, com o retorno do subjetivo nos costumes e à história na literatura (SCHNEIDER, 1985, p. 43).

## REFERÊNCIAS

de CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**; as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1990.

DELEUZE, G. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: CHÂTELET, F. (Org.).

**História da Filosofia**; idéias, doutrinas. V. 8: O Século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: \_\_\_\_\_. **O que é um autor**. S.l.: Passagens, 1969.

\_\_\_\_\_. **O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal. 1984.

GINZBURG, C. Prefácio à edição italiana. In: \_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

GRANGER, G. -G. **Filosofia do estilo**. São Paulo: Perspectiva, 1968.

MAINGUENEAU, D. **Genèses du discours**. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar, 2002.

ROUDINESCO, E. **Por que psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SCHNEIDER, M. **Ladrões de palavras**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

Recebido em 25/09/03. Aprovado em 10/11/03.

---

**Title:** Ten observations on the issue of the subject

**Author:** Sírio Possenti

**Abstract:** The present text is a kind of summary of the basic theses about the issue of the subject in Discourse Analysis. The goal of this ordering is to show that the characteristic solution offered by that discipline does not solve the issue, which has presented a number of consequences for relevant domains of the human sciences.

**Keywords:** subject; discourse; stile.

---

**Titre:** Dix remarques sur la question du sujet

**Auteur:** Sírio Possenti

**Résumé:** Ce texte est de l'ordre de l'abrégé des thèses de base concernant la question du sujet en Analyse du Discours, et l'objectif de cette organisation est celui de démontrer que la solution typique proposée par cette discipline ne renferme pas la question, qui a toujours encore des dédoublements divers dans des domaines importants des sciences humaines.

**Mots-clés:** sujet, discours, style.

---

**Título:** Diez observaciones sobre la cuestión del sujeto

**Autor:** Sírio Possenti

**Resumen:** Este texto es una especie de sùmula de las tesis a respecto de la cuestión del sujeto en el Análise del Discurso, y el objetivo de esa organización es mostrar que la solución típica propuesta por esa asignatura no cierra la cuestión, que ha tenido desdoblamiento diversos en dominios relevantes de las ciencias humanas.

**Palabras-clave:** sujeto; discurso; estilo.